

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, Instituição integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$4.917 milhões em 30 de junho de 2013 (R\$10.428 milhões, em 30 de junho de 2012). O lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$175 milhões em comparação a R\$429 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2013, os ativos totais atingiram R\$46.921 milhões. Desse montante, R\$28.648 milhões são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$9.643 milhões por títulos e valores mobiliários e R\$3.433 milhões pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito.

O total dos recursos captados atingiu R\$37.001 milhões, representado por debêntures.

Conjuntura Econômica

A atividade econômica segue em ritmo moderado em 2013, mas com melhor desempenho do que o

registrado ao longo de 2012. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, divulgado no mês de junho, foi de 1,9% na comparação com o mesmo trimestre em 2012, acima do crescimento de 1,4% visto no trimestre anterior. Os investimentos mostraram alta de 3,0%, enquanto o consumo das famílias apresentou expansão de 2,1%, no mesmo período (1T13/1T12). No lado da oferta, o destaque positivo ficou para a agropecuária, cuja produção apresentou forte alta de 17,0% na mesma comparação interanual. Contudo, a indústria segue com menor desempenho devido a problemas de competitividade e alto custo de mão de obra, apresentando queda de 1,4% frente ao mesmo período em 2012.

A alta dos preços ao consumidor, medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), alcançou 6,70% nos últimos 12 meses até junho, patamar acima dos 5,84% observados ao final de 2012. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando este movimento, refletindo entre outros motivos a queda na tarifa de energia elétrica dada no início do ano. Neste contexto, o Banco Central do Brasil (Bacen) iniciou um ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), em abril de 2013, e em sua última reunião no dia 10 de julho, o comitê decidiu aumentar a taxa Selic para 8,50% a.a. Esse movimento já está sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em junho, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 34,9% a.a. frente aos 33,9% a.a. em dezembro de 2012.

O estoque de crédito avultou 16,4% nos doze meses encerrados em junho, chegando ao patamar de R\$2,5 trilhões (55,2% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 35,4% em doze meses, continua superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram queda de 5,9% do valor acumulado nos 12 meses terminados em junho, em comparação com o mesmo período do ano anterior. As importações mostraram leve contração, de 0,2% no mesmo período. Como resultado,

o superávit comercial acumulou US\$3,3 bilhões nos últimos doze meses até junho, abaixo dos US\$23,9 bilhões registrados no mesmo período do ano anterior.

No acumulado de 12 meses até junho de 2013, o déficit em transações correntes totalizou US\$72,5 bilhões e o fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) totalizou US\$65,6 bilhões. Ao final de junho, a taxa de câmbio foi cotada ao redor de R\$2,2/US\$ (vinda de R\$2,01/US\$ em março).

Nas contas públicas as reduções de impostos anunciadas pelo governo, para estimular a economia, levaram a uma menor arrecadação. Como consequência, o superávit primário totalizou 1,95% do PIB nos 12 meses encerrados em maio. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 2,87% do PIB, mantendo-se praticamente estável em relação aos 2,85% observados em março de 2013. A dívida líquida do setor público alcançou 34,8% do PIB ao final de maio, uma queda de 8bps em relação a março de 2013.

Outras Informações

A Santander Leasing tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no período findo de 30 de junho de 2013, não foram contratados da Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração da Santander Leasing agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Barueri, agosto de 2013

O Conselho de Administração
A Diretoria

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2013	30/06/2012
Ativo Circulante		34.689.249	31.524.283
Disponibilidades	48.16.d	26.652	33.165
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	27.565.734	23.856.223
Aplicações no Mercado Aberto		7.744.400	999.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		19.921.334	22.856.224
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	6.763.849	6.706.700
Carteira Própria		6.736.388	6.635.275
Vinculados à Prestação de Garantias		27.461	51.425
Operações de Arrendamento Mercantil	(22.139)	(52.300)	
Arrendamentos a Receber:			
Setor Público	6.b	1.084	1.105
Setor Privado	6.b	1.600.809	2.236.202
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.558.064)	(2.163.300)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(65.968)	(126.307)
Outros Créditos		344.551	957.215
Rendas a Receber		4	-
Créditos Tributários	7	324.225	590.791
Diversos	8	20.331	366.438
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(9)	(14)
Outros Valores e Bens		10.602	23.280
Outros Valores e Bens	6.b	9.802	18.087
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(2.588)	(3.040)
Despesas Antecipadas		3.388	8.233
Ativo Realizável a Longo Prazo		5.825.205	11.808.891
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	1.082.245	10.328.820
Aplicações no Mercado Aberto		1.082.245	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	10.328.820
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	2.878.791	8.631
Carteira Própria		2.857.388	532
Vinculados à Prestação de Garantias		21.403	8.099
Operações de Arrendamento Mercantil	(61.453)	(122.289)	
Arrendamentos a Receber:			
Setor Público	6.b	1.299	2.383
Setor Privado	6.b	1.460.064	2.180.256
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.432.131)	(2.137.085)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(90.685)	(167.843)
Outros Créditos		1.921.374	1.583.325
Créditos Tributários	7	520.307	525.108
Diversos	8	1.401.084	1.058.292
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(17)	(75)
Outros Valores e Bens		4.248	10.404
Despesas Antecipadas		4.248	10.404
Permanente		6.406.959	10.265.023
Investimentos	1	1	1
Outros Investimentos		817	817
(Provisões para Perdas)		(816)	(816)
Imobilizado de Uso	9	64	-
Imóveis de Uso		1.387	1.387
Outras Imobilizações de Uso		81	17
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)
Imobilizado de Arrendamento	6.b&10	6.406.894	10.265.022
Bens Arrendados		9.759.046	13.627.228
(Depreciações Acumuladas)		(3.352.152)	(3.362.206)
Total do Ativo		46.921.413	53.598.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	9.720.030	217.930	61.336	-	-	9.999.296
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	7	-	7
Lucro Líquido	-	-	-	-	429.072	429.072
Destinações:						
Reserva Legal	-	21.454	-	-	(21.454)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	203.809	-	(203.809)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	203.809	-	(203.809)	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	9.720.030	239.384	468.954	7	-	10.428.375
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	9.720.030	271.124	229.706	26.650	-	10.247.510
Redução de Capital	15.a	(5.000.000)	-	-	-	(5.000.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(139.927)	-	(139.927)
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	(229.706)	-	-	(229.706)
Lucro Líquido	-	-	-	-	174.634	174.634
Destinações:						
Reserva Legal	-	8.732	-	-	(8.732)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	-	-	15.201	-	(15.201)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	15.201	-	(15.201)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.c	-	-	-	(135.500)	(135.500)
Saldos em 30 de Junho de 2013	4.720.030	279.856	30.402	(113.277)	-	4.917.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CF). A Santander Leasing tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em 30 de junho de 2012, os saldos correspondentes a Operações de Arrendamento Mercantil foram reclassificados na Demonstração do Valor Adicionado e na Demonstração de Resultado para melhor apresentação, entre as rubricas de Receitas da Intermediação Financeira e Despesas da Intermediação Financeira não alterando assim o lucro líquido do período. As despesas de Depreciação e Superveniência de Bens Arrendados foram reclassificadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa das variações em ativos e passivos para Ajustes ao Lucro Líquido.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 09 de agosto de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2013 foram divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

b) Auração do Resultado

O regime contábil de auração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre os ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado do dia de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

	Nota	30/06/2013	30/06/2012
Passivo Circulante		2.547.015	4.954.251
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	142	2.130
Instrumentos Financeiros Derivativos		142	2.130
Outras Obrigações		2.546.873	4.952.121
Sociais e Estatutárias		433	346
Fiscais e Previdenciárias	12	627.562	1.772.286
Diversas	13	1.918.878	3.179.489
Passivo Exigível a Longo Prazo		39.457.387	38.215.571
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11&16.d	37.000.730	34.513.049
Recursos de Debêntures		37.000.730	34.513.049
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	341	456
Instrumentos Financeiros Derivativos		341	456
Outras Obrigações		2.456.316	3.702.066
Fiscais e Previdenciárias	12	1.255.843	1.393.413
Diversas	13	1.200.473	2.308.653
Patrimônio Líquido	15	4.917.011	10.428.375
Capital Social:			
De Domiciliados no País		4.720.030	9.720.030
Reservas de Lucros		310.258	708.338
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(113.277)	7

	Nota	30/06/2013	30/06/2012
Passivo Circulante		2.547.015	4.954.251
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	142	2.130
Instrumentos Financeiros Derivativos		142	2.130
Outras Obrigações		2.546.873	4.952.121
Sociais e Estatutárias		433	346
Fiscais e Previdenciárias	12	627.562	1.772.286
Diversas	13	1.918.878	3.179.489
Passivo Exigível a Longo Prazo		39.457.387	38.215.571
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11&16.d	37.000.730	34.513.049
Recursos de Debêntures		37.000.730	34.513.049
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	341	456
Instrumentos Financeiros Derivativos		341	456
Outras Obrigações		2.456.316	3.702.066
Fiscais e Previdenciárias	12	1.255.843	1.393.413
Diversas	13	1.200.473	2.308.653
Patrimônio Líquido	15	4.917.011	10.428.375
Capital Social:			
De Domiciliados no País		4.720.030	9.720.030
Reservas de Lucros		310.258	708.338
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(113.277)	7

	Nota	30/06/2013	30/06/2012
Passivo Circulante		2.547.015	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2013 e 2012, é composto por 11.044.653 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da companhia, realizada em 4 de janeiro de 2013. A redução do capital social foi aprovada pelo Bacen em 5 de fevereiro de 2013.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 28 de Junho de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de abril a junho de 2013, no valor de R\$27.500 (R\$0,00248989 em reais por ação e R\$0,00211641, líquido do imposto de renda, em reais por ação).

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a março de 2013, no valor de R\$108.000 (R\$0,00977849 em reais por ação e R\$0,00831171, líquido do imposto de renda, em reais por ação).

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no valor total de R\$229.706 (R\$0,02079801 em reais por ação), sendo que o valor de R\$114.853 foi retirado da conta reserva para equalização de dividendos e R\$114.853 da conta de reserva para reforço de capital de giro.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2013, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2013 e 2012, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Santander Leasing, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Santander Leasing; e

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 8.678.230 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	30/06/2013	01/01 a 30/06/2013	30/06/2012	01/01 a 30/06/2012
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	26.652	-	33.165	-
Banco Santander ⁽³⁾	26.652	-	33.165	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	28.647.979	925.553	34.185.043	1.674.918
Banco Santander ⁽³⁾	28.647.979	925.553	34.185.043	1.674.918
Recursos de Debêntures (Nota 11)	(37.000.730)	(1.233.534)	(34.513.049)	(1.517.067)
Banco Santander ⁽³⁾	(37.000.730)	(1.233.534)	(34.513.049)	(1.517.067)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.b)	(483)	24	(2.586)	(433)
Banco Santander ⁽³⁾	(483)	24	(2.586)	(433)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽²⁾	-	(23.420)	-	(34.080)
Banco Santander ⁽³⁾	-	(23.420)	-	(34.072)
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	-	-	(8)

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2013, estão compostos por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$7.533.996, de 3 a 12 meses no valor de R\$210.404 e acima de 12 meses no valor R\$1.082.245 e depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor R\$2.142.908 e de 3 a 12

meses de R\$17.678.426. Em 30 de junho de 2012, estão compostas por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$999.999, e aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor de R\$35.000, de 3 a 12 meses e R\$22.821.224 e acima de 12 meses de R\$10.328.820.

⁽²⁾ As despesas referem-se, principalmente, a despesas administrativas - convênio operacional.

⁽³⁾ Controlador da Santander Leasing (Nota 16.c).

⁽⁴⁾ Refere-se a subsidiária do controlador Banco Santander.

17. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Reversão de Provisões Operacionais	-	-
Trabalhistas	2	-
Outras	2.902	1.678
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	12.893	48.853
Atualização de Depósitos Judiciais	18.711	12.920
Recuperação de Encargos e Despesas	12.300	13.001
Atualização de Impostos a Compensar	15.684	14.883
Outras	150	123
Total	62.642	91.458

18. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Provisões Operacionais	-	-
Fiscais (Nota 14.c)	32.395	48.084
Trabalhistas (Nota 14.c)	-	5
Cíveis (Nota 14.c)	17.259	16.648
Outras	629	852
Comissões de Agenciamento	5.507	10.916
Descontos Concedidos	34.548	51.965
Gastos com Contratos em Atraso	5.658	8.958
Despesas com Veículos Apreendidos - Leilão	179	398
Outras	8.168	7.479
Total	104.343	145.305

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	184.447	533.867
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15.b)	(135.500)	-
Resultado antes dos Impostos	48.947	533.867
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(19.579)	(213.547)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.545	4.698
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	103.739
Demais Ajustes	4.221	315
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.813)	(104.795)

21. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Pedro Paulo Longuini	Conselheiros Carlos Alberto López Galán Luís Felix Cardamone Neto
DIRETORIA	
Diretor Presidente Luís Felix Cardamone Neto	
Diretores	
Amancio Acúrcio Gouveia	Oscar Rodríguez Herrero
Contador	
Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de

depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 10. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o semestre findo em 30 de junho de 2013, preparada sob responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de agosto de 2013.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP